

*Congresso**22 MAI 1989*

Prova de responsabilidade

O Congresso Nacional acaba de dar uma demonstração de que deseja exercitar as novas prerrogativas que lhe foram atribuídas pela Constituição, através do simpósio promovido pela Comissão de Orçamento para discutir questões relativas à elaboração de uma lei de diretrizes orçamentárias, cuja existência ganha maior importância na fase de aguda escassez de recursos que o País atravessa.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), convidou figuras representativas do Executivo e do Judiciário, além de dirigentes de entidades de classe dos empresários e trabalhadores, para discutirem os grandes problemas nacionais da atual conjuntura, cujas definições influirão no estabelecimento dessa Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Nos termos da Constituição, o País terá Orçamento Plurianual e uma lei de diretrizes orçamentárias. A ideia é obrigar o governo a definir prioridades, o que assume importância capital neste momento crítico. O que não estiver previsto na lei de diretrizes orçamentárias não poderá ser gasto pelo governo.

O estabelecimento de prioridades para definir os investimentos é uma opção imperativa em hora dramática, quando, pela primeira vez nos últimos tempos, registramos taxa negativa de investimentos. Um país cujo crescimento populacional ainda é considerado dos mais altos do mundo —

cerca de 2,8 por cento ao ano — e que é obrigado a criar anualmente cerca de dois milhões de empregos novos, está registrando crescimento negativo e taxa de investimento em queda constante.

A Comissão de Orçamento tomou a iniciativa de promover uma discussão de que participaram autoridades e técnicos do governo e dos demais Poderes para enriquecer de idéias o debate em torno da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias — a primeira de nossa história. O Orçamento Plurianual ficará para o início do próximo ano, uma vez que a Constituição manda que seja elaborado no inicio de cada governo.

O Congresso tem sofrido críticas certamente procedentes quando deixa de assumir as responsabilidades a si deferidas pelo novo texto constitucional. Os nossos parlamentares têm sido justamente acusados de desídia, de irresponsável desleixo quando não se decidem a exercitar as prerrogativas recentemente conquistadas pelo Poder Legislativo.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso deu uma demonstração de que seus dirigentes se acham conscientes das responsabilidades ora jogadas aos ombros do Legislativo neste esforço para conciliar um regime de garantias individuais com a eficácia. A democracia não pode continuar a ser acusada de protetora de interesses grupais em detrimento da maioria, sobretudo na América Latina. É preciso mostrar que isso é falso.